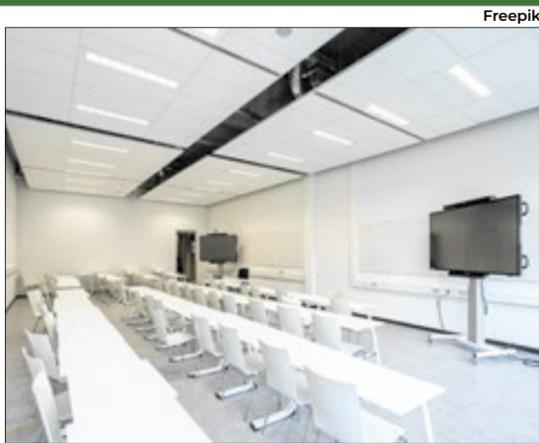


CORREIO NACIONAL



Foram anunciadas pelo MEC 112.168 novas vagas

Fies terá 56 mil vagas para inscritos no CadÚnico

Das 112.168 novas vagas anunciadas pelo Ministério da Educação (MEC) para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) ao longo de 2025, metade será destinada a candidatos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e com renda familiar per capita até meio salário mínimo.

A modalidade Fies Social, lançada em 2024, permite o financiamento até 100% dos encargos educacionais, além de reservar cotas para pretos, pardos,

indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. Dados do ministério mostram que, no primeiro semestre de 2024, 39.419 estudantes migraram do Fies para o Fies Social.

O Fies foi instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. O objetivo é conceder financiamento a estudantes de cursos de graduação em instituições de educação superior privadas aderentes ao programa e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

Redução de mortes por tuberculose

O programa federal de transferência de renda Bolsa Família foi determinante para a redução de mais da metade dos casos de mortes por tuberculose entre pessoas miseráveis e povos originários. A redução foi de mais de 50% em pessoas extremamente pobres e mais de 60% entre as populações

indígenas. A constatação é de estudo feito por uma série de instituições de pesquisas brasileiras, incluindo a Universidade Federal da Bahia, a Fiocruz no mesmo estado e o Instituto de Saúde Global de Barcelona, e foi publicada na revista internacional Nature Medicine, nesta sexta-feira (3).

Estoques 100% abastecidos

O Ministério da Saúde garantiu que todos os estados do Brasil estão 100% abastecidos com as vacinas integradas ao calendário básico. Anualmente, o Programa Nacional de Imunizações distribui cerca de 300 milhões de doses de vacinas para todos os 5.570 municípios brasileiros.

Mas essa quantidade foi superada em 2023 e 2024, com a entrega de mais de 643 milhões de doses a todos os estados.

De acordo com a pasta, mesmo os estoques da vacina contra a varicela foram abastecidos, apesar de haver uma escassez global da matéria-prima utilizada.

6,4 milhões de casos

Dados do Painel de Monitoramento de Arboviroses do Ministério da Saúde mostram que o país registrou, ao longo de todo o ano de 2024, um total de 6.484.890 casos prováveis de dengue e 5.972 mortes provocadas pela doença. Há ainda 908 óbitos em investigação. O coeficiente de incidência

da dengue, até o dia 28 de dezembro, era de 3.193,5 casos para cada 100 mil habitantes.

A maioria dos casos prováveis de dengue (55%) em 2024 foi identificada entre mulheres. No recorte raça/cor, 42% dos casos prováveis foram registrados entre brancos; 34,4% entre pardos.

500 mil atendimentos mensais

As 38 novas Unidades Básicas de Saúde Porte V, aprovadas no Novo PAC, trarão avanços significativos na atenção primária. Essas unidades têm capacidade para uma média de 500 mil atendimentos por mês e contarão, no mínimo, com cinco equipes de Saúde da Família

e cinco de Saúde Bucal. "Com a publicação da planta da Unidade Básica de Saúde de Porte V, concluímos todos os materiais necessários para a construção das unidades de saúde dentro do novo PAC", afirma o secretário de Atenção Primária à Saúde, Felipe Proença.

Casa da Mulher Brasileira

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (Semjdh), firmou o contrato de repasse com a Caixa Econômica Federal (CEF) na última terça-feira (31) para a

construção da Casa da Mulher Brasileira em Natal. A implementação do novo equipamento, que envolve recursos da ordem de R\$ 19 milhões, é um dos principais eixos do Programa Mulher Viver sem Violência, retomado no início de 2023 pelo Ministério das Mulheres.

Taxa de bebês prematuros acima da média global

Número pode ser reduzido com bom atendimento pré-natal

Os famosos "nove meses" de gravidez, na verdade, simplificam uma conta mais complexa: a gestação humana leva em torno de 40 semanas, mas é considerada "a termo", ou seja, dentro do tempo adequado, de 37 até 42. Porém, em 2023, quase 12% dos nascimentos no Brasil aconteceram antes desse marco, totalizando cerca de 300 mil bebês prematuros, com riscos menores ou maiores de problemas de saúde, dependendo do tempo que passaram na barriga da gestante. O Brasil não só está acima da média global, que é em torno de 10%, como também é um dos dez países com maior número de nascimentos prematuros por ano.

De acordo com a diretora executiva da Associação Brasileira de Pais, Familiares, Amigos e Cuidadores de Bebês Prematuros, Denise Suguitani, a maior parte desses casos podem ser prevenidos: "Aqui no Brasil essas taxas estão muito ligadas a determinantes sociais, de acesso à saúde e à educação. A gestação na adolescência, por exemplo, já é um fator de risco de parto prematuro porque o corpo da menina não está preparado para gerar.



em 2023, quase 12% dos nascimentos no Brasil aconteceram antes do tempo ideal

Por outro lado, um bebê que é planejado, a chance de ser prematuro é menor, então o planejamento familiar é muito importante. E, claro, o acesso ao pré-natal. E não é só o volume de consultas que importa, mas a qualidade do atendimento e das informações."

A obstetra Joline Cerqueira, que integra a Comissão de Assistência Pré-Natal da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia

(Febrasgo), enumera algumas situações que podem ser identificadas no pré-natal e tratadas para evitar o parto prematuro, entre outras complicações: "A gente tem as infecções, a rotura prematura da bolsa e as síndromes hipertensivas na gestação. Essas doenças acometem muitas mulheres na gravidez e são algumas das principais responsáveis pelo parto prematuro."

A especialista esclarece que é preciso que a gestante inicie

o pré-natal precocemente, seja bem avaliada para identificar fatores de risco pré-existentes, e faça todos os exames recomendados no tempo certo. "No momento em que a gestante faz o ultrassom morfológico, a gente também faz a medida do colo do útero. Se ele estiver muito curto, essa mulher tem um maior risco, mesmo sem nenhuma outra doença, de ter um parto prematuro", explica Joline.

1 milhão de focos de queimada

Antônio Cruz/Agência Brasil



Ano com maior número de registros foi o de 2024

Dados da plataforma Terra-brasilis, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que concentra informações de satélite sobre cobertura vegetal, desmatamento e queimadas, indicam que o país teve 1 milhão de focos de queimada entre os anos de 2020 e 2024. Nesse intervalo, o ano com maior quantidade de registros foi justamente o de 2024, o que ocorreu, segundo o Ministério do Meio Ambiente e da Mudança do Clima (MMA), em razão de seca excepcional – segundo a pasta a pior nos últimos 74 anos.

A maior parte dos focos está concentrada em cinco estados. Foram 628.365 focos em cinco anos, no Pará (200.685), em Mato Grosso (171.534), Amazonas (97.885), Maranhão (97.124) e Tocantins (61.137). Seu desenho, uma estrada de fogo que corta o meio do país, coincide com áreas de expansão agrícola, principalmente para soja e pasto, e com regiões marcadas pela grilagem e pelo garimpo. Todos esses estados tiveram

aumento de focos de incêndio na comparação entre 2024 e 2023, com destaque para Mato Grosso, com aumento de 130%, e para o Tocantins, com alta de 78%.

A novidade, em 2024, está no aumento de incêndios em áreas classificadas como sem Cadastro Ambiental Rural (CAR), ou seja, áreas que não são propriedades rurais. Entre 2020 e 2023, esse tipo de registro esteve no patamar de 20% do total nos cinco estados com mais registros, nos meses críticos (agosto e setem-

bro), mas em 2024 o percentual saltou para 29,2%. Também houve aumento da participação de grandes propriedades, de uma média de 35% para o patamar de 40% dos registros.

O aumento acelerou a resposta dos governos. No âmbito federal, foi concluída a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, que inicia 2025 em funcionamento, o que, segundo o MMA, garantirá o fortalecimento da articulação junto a estados e municípios, fator considerado

crucial para alcançar respostas mais céleres em relação aos incêndios. A política foi criada em meio à crise, em julho de 2024, após a seca atingir duramente a região do Pantanal, e coordena a ação de União, estados e municípios, além de sociedade civil e organizações privadas.

A pasta informou que haverá a destinação de R\$ 280 milhões do Fundo Amazônia para o combate a incêndios nos estados, e que se somam a cerca de R\$ 650 milhões do Orçamento federal. O objetivo é evitar outro "pior ano", pois desde 2010 não houve registro de tantos focos quanto em 2024.

O registro de maior número de focos não significa necessariamente maior área queimada. Em São Paulo, estado com maior crescimento de focos (422%, com 8.712 focos registrados em 2024), o aumento de área queimada esteve abaixo de 2% nas áreas de conservação, e os focos se concentraram em propriedades rurais, especialmente nas lavouras de cana-de-açúcar.

STF

STF suspende repasse de ONGs sem transparência

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu o repasse de recursos para 13 ONGs e entidades do terceiro setor que não adotam mecanismos adequados de transparência ou não divulgam informações sobre a aplicação de verbas decorrentes de emendas parlamentares.

Em agosto de 2024, o STF deu prazo de 90 dias para que as ONGs informassem os valores oriundos de emendas parlamentares de qualquer modalidade recebida de 2020 a 2024 e em que foram aplicadas. Posteriormente, Dino reiterou a ordem e determinou que a CGU fiscalizasse o cumprimento dessas medidas.

STF

STF rejeita funcionários celetistas da OAB-RJ

Em decisão unânime, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que apenas os servidores seccionais do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contratados sob regime estatutário, em quadro de extinção, ou que tenham optado pelo regime celetista podem ser consideravelmente relevantes. A decisão, tomada na sessão virtual encerrada em 13/12, exclui interpretações que concederam estabilidade aos trabalhadores celetistas após cinco anos de trabalho.

Segundo a entidade, essas decisões contrariam seu estatuto e violam sua autonomia política, administrativa e financeira.

STJ

Obras do Parque da Cidade suspensas

O município de João Pessoa teve negado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) o pedido para reverter a decisão do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) que suspendeu as obras de implementação do Parque da Cidade. A decisão é do presidente da corte, ministro Herman Benjamin, segundo o qual é incabível a via judicial escolhida pelo município – a suspensão de liminar e de sentença – para questionar, no STJ, a análise realizada pelo tribunal paraibano.

O Parque da Cidade é um projeto de mais de 250 mil metros quadrados que, segundo o município de João Pessoa, vai oferecer novas áreas de lazer.

TSE

TSE destaca avanços na inclusão eleitoral

No sábado, Dia Mundial do Braille, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrou a importância desse sistema para a inclusão eleitoral. Com o braille, a Justiça Eleitoral garante a participação de eleitores cegos ou com baixa visão nas votações, mediante o uso do método de alto-relevo nas urnas eletrônicas. Assim, esse público pode escolher seus representantes políticos e exercer sua cidadania por meio do voto.

Ao longo de sua história, o TSE tem buscado intensificar a inclusão eleitoral no país. Por exemplo: a urna eletrônica apresenta teclas antiaderentes e números em alto-relevo com o alfabeto em braille.